SINDIAGIAME INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE DO CEARÁ - 18/06/2012

Campanha salarial: Sindiagua conclui revisão do Acordo Coletivo 2012/2013

A diretoria do Sindiagua concluiu a revisão do texto do Acordo Coletivo 2012/2013, fruto da campanha salarial deste ano dos trabalhadores da Cagece. Após a assembleia geral realizada no dia 31 de maio, o sindicato recebeu da Cagece a minuta do documento que foi revista pela diretoria e a assessoria jurídica da entidade. Na última terça (12/06), uma reunião entre a direção do Sindiagua e da Cagece serviu para concluir a revisão do acordo que será homologado junto à SRTE ao longo desta semana.

"Foi uma campanha salarial difícil, pois a Cagece criou impasses durante as negociações. Mesmo assim, conseguimos superar o bloqueio da empresa e conquistamos importantes melhorias. O acordo coletivo apresentou avanços que serão fundamentais para os trabalhadores", avalia Jadson Sarto, presidente do Sindiagua.

No novo ACT, todos os percentuais de reajuste foram acima da inflação, entre eles o do reajuste salarial, com aumento de 6% (INPC + 1,12%), e os do vale-alimentação e auxílio creche, com aumento de 7,14% e 12% respectivamente. Houve um avanço também na cláusula relativa à aposentadoria por invalidez. Atualmente, os trabalhadores que se aposentam por invalidez têm direito ao plano de saúde por 30 meses. Pelo novo acordo, o direito ao benefício passará para 36 meses, após a aposentadoria.

O ACT 2012/2013 conta com uma cláusula nova, que trata da titulação. O objetivo do benefício é incentivar os trabalhadores a buscarem uma melhor qualificação, tanto os de



nível médio quanto os de nível superior. "É mais uma vitória da categoria. Num primeiro momento, a Cagece propôs o benefício apenas para cursos de pós-graduação, mas insistimos e conseguimos incluir também a graduação para atender aos trabalhadores que hoje possuem o ensino médio', avalia Jadson Sarto.

Outro ponto que merece destaque na campanha salarial foi a manutenção de conquistas recentes, como o reembolso de medicamentos, o auxílio-creche para filhos com até 10 anos, o pagamento de até 110% da PLR e o plano de saúde - que hoje é garantido a custo zero para cerca de 70% dos trabalhadores, incluindo seus dependentes. "Durante as negociações, houve uma pressão da Cagece para modificar o plano de saúde e nós não aceitamos. Hoje, a gratuidade do plano de saúde pode ser considerada um salário indireto. Em alguns casos, a economia que o trabalhador tem com o plano, chega a 50% da sua remuneração", lembra Jadson Sarto.

O Sindiagua publicará em breve uma cartilha com a redação do ACT 2012/2013.

Falta d'água em Fortaleza: acidente ou descaso?

A falta de água em Fortaleza foi assunto bastante comentado pela imprensa durante a última semana. O rompimento de uma adutora próxima ao Castelão causou a falta d'água em mais de 10 bairros da capital. O problema é recorrente. Há algumas semanas, outro vazamento também provocou falta d'água em vários bairros. Porém, estes fatos não podem ser vistos como meros incidentes. O Sindiagua já denunciou em audiências públicas, informativos e nas reuniões do conselho administrativo da empresa a grave situação em que se encontra boa parte do sistema de esgotamento e abastecimento da cidade e o modelo de gestão no setor.

Morte de trabalhador em uma obra da empresa, acidentes de trabalho, greve dos terceirizados, falta de funcionários próprios nas unidades de negócio, reclamações constantes da população por falta d'água, poluição das praias e do rio Cocó... são vários os fatores que apontam para um descaso do Estado com o saneamento público.

Boa parte das redes de tubulação de Fortaleza são velhas e se encontram assoreadas, o que aumenta consideravelmente os riscos de rompimentos, desperdícios de água e poluição. Soma-se a isso o fato de a manutenção preventiva da companhia estar bastante comprometida, tanto pela falta de trabalhadores como pelas más condições de atendimento da demanda da cidade. Nos últimos 15 anos, houve uma redução drástica no número de trabalhadores da Cagece. O último concurso foi realizado há 10 anos.

Recentemente, a Cagece suspendeu um contrato de locação de veículos e até agora nenhuma nova licitação foi feita. Resultado: a empresa está sem utilizar mais de 100 carros, dificultando consideravelmente a capacidade de atendimento da empresa. Sem veículos, não há como os trabalhadores realizarem fiscalizações e manutenções de forma adequada e periódica. Há casos em que os trabalhadores são transportados em caminhões-jatos e vácuos, sem as condições ideais de segurança. Existem ainda - em unidades de negócio - rodízios com carros de manutenção de esgoto por falta de equipe. É um cenário que exige atenção da sociedade.



Sindiagua cobrou explicações da Cagece sobre a falta d'água

Durante a reunião que teve com a Cagece na última Terça (12/06), a diretoria do Sindiagua cobrou da empresa explicações sobre o rompimento da adutora próxima ao Castelão. O diretor operacional da companhia disse que o caso ainda estava sendo apurado e que não poderia tecer comentários sobre o assunto. O Sindiagua vai acompanhar a evolução dos fatos e deverá se posicionar publicamente em breve sobre este incidente e os problemas de falta d'água em Fortaleza.

"O rompimento da adutora foi mais um elemento que mostra como a empresa não está preparada para lidar com situações de emergência. A companhia tem obrigação de prestar esclarecimentos à sociedade e de ter um plano de contingência para, em momentos de crise como esse, orientar a população e abastecer os serviços públicos da cidade, como hospitais e escolas", criticou Sergio Novais, coordenador de saneamento do Sindiagua. A direção do Sindiagua alerta que a Cagece obrigatoriamente deveria ter um plano de abastecimento emergencial, que desse suporte aos serviços essenciais que não podem ser suspensos como hospitais, postos de saúde.

Além de água, falta planejamento?

O Sindiagua também denunciou a falta de água permanente que atinge 19 bairros de Fortaleza - assunto pautado por reportagem de capa do jornal O Povo na semana passada. A dificuldade de planejamento e de investimentos da empresa - que foi incapaz de acompanhar o crescimento populacional da cidade - tem feito com que mais de 400 mil moradores convivam com uma grave situação de insegurança, sem o direito básico e elementar de ter acesso á água. Uma questão de saúde pública que se agrava num momento em que vemos aumentar os casos de Dengue. O armazenamento de água feito pelos moradores em diversos tipos de recipientes são o cenário ideal para proliferação dos focos do mosquito. Os moradores que dispõem de condições financeiras apelam para a contratação de carros-pipas, que muitas vezes trazem água de qualidade duvidosa. A situação é ainda pior para os que moram em áreas de grande vulnerabilidade social, pois são obrigados a comprar garrafões de fontes de água muitas vezes insalubres. Chega a ser desumano o tratamento dispensado pela Cagece a esses moradores.

Vale lembrar que o custo de um carro-pipa é superior a R\$200 reais. Já um morador da periferia gasta algo em torno de 30 reais com garrafões - que fazem falta no orçamento de uma família de baixa renda. São valores bem superiores ao da conta de água cobrada pela Cagece. São pessoas que estão pagando por algo que deveria ser um direito.

O alerta já foi dado diversas vezes. É hora de a Cagece tomar providências para garantir o que é sua obrigação legal: um serviço de qualidade e ininterrupto de abastecimento de água e esgoto. E isso passa pela valorização do trabalhador e por um concurso público de qualidade que vai muito além das 315 vagas imediatas anunciadas pelo Governo do Estado (concurso este que ainda está na promessa). Além disso, enquanto as obras de reforço de abastecimento não são concluídas, a Cagece tem obrigação de informar à população como agir e tomar medidas alternativas de segurança, de forma a garantir minimamente o abastecimento de água da cidade.

O problema é muito maior do que o Governo do Estado pensa que é. Saneamento público deve ser tratado com prioridade e não com descaso.

Assunto foi debatido na Assembleia Legislativa

A pedido de moradores e do Sindiagua, a deputada estadual Eliane Novais fez pronunciamento na Assembleia Legislativa, há duas semanas, para alertar sobre a precariedade no sistema de distribuição de água em Fortaleza. Há, na avaliação da parlamentar, em Fortaleza, diversos casos de desabastecimento de água, por conta da inércia do poder público. "O problema de falta d'água em Fortaleza afeta muitos bairros há vários anos. São quase 470 mil habitantes atingidos", segundo ela. Para a deputada, o problema tem origem na lentidão dos investimentos públicos que estão em descompasso com a explosão demográfica da Capital e a expansão imobiliária percebida notadamente na região sul da cidade. sistema de distribuição de água não tem pressão suficiente para encher as caixas de água. Somente agora a Cagece deu início a uma obra, e será concluída apenas em 2013, para atender aquela região da grande Messejana", pontuou. Ela pediu que a Cagece apresente os prazos para a realização de obras que assistam os setores da cidade que sofrem com o desabastecimento.

Sindiagua repudia boataria

A diretoria do Sindiagua tomou conhecimento de que um empregado da Cagece utilizou a lista interna de emails da empresa para divulgar aos trabalhadores da capital e do interior um boato, informando que o presidente do Sindiagua estaria se afastando da CTB e do sindicato para se candidatar nas eleições proporcionais deste ano. A direção do Sindiagua esclarece aos trabalhadores que o presidente da entidade não tem intenção de se candidatar a nenhum cargo nas eleições municipais deste ano e repudia o uso de uma ferramenta de comunicação da empresa para este fim, divulgando informações falsas sobre a entidade, que só contribuem para provocar uma sensação de instabilidade entre os trabalhadores associados. O Sindiagua informa ainda que já protocolou um pedido à Cagece, através do qual solicita da empresa a utilização do mesmo espaço (no caso, a lista interna de e-mails da companhia) para esclarecer a verdade aos trabalhadores da companhia.

Trabalhadores do SAAE de Russas continuam sem receber benefícios e paralisações podem acontecer

A diretoria do Sindiagua viajará a Russas nesta semana para discutir com os trabalhadores do SAAE quais encaminhamentos serão tomados diante do impasse burocrático gerado pela procuradoria jurídica da Cagece. Os trabalhadores do SAAE continuam sem receber gratificações, plano de saúde e reajustes, devido a um questionamento da empresa no contrato de concessão com a prefeitura de Russas. Paralisações poderão acontecer caso não haja uma solução para o problema.

Na última reunião do Sindiagua com a Cagece sobre o assunto, realizada há cerca de três semanas, a diretoria comercial e a diretoria de gestão empresarial da empresa deram garantia de que cumpririam o acordo coletivo vigente até que a Procuradoria Geral do Estado emitisse um parecer sobre a questão. No entanto, nada de concreto foi efetivado. A Cagece continua descumprindo o contrato com a prefeitura e o ACT 2011. A

procuradoria jurídica da Cagece vem postergando, sem justificativa, uma solução, enquanto isso, os trabalhadores continuam sendo prejudicados. A atitude coloca em dúvida a palavra das duas diretorias da empresa.

A direção do Sindiagua considera a postura da procuradoria irresponsável com os trabalhadores e incompatível com as relações sindicais, pois tem colocado os trabalhadores em uma situação de completa insegurança, afetando suas vidas e de suas famílias. "O impasse tem afetado gravemente a condição de vida dos trabalhadores e de suas famílias que estão sem plano de saúde. Não se pode aceitar que uma empresa pública insista em descumprir um contrato assinado e em curso. O trabalhador não pode pagar uma conta pela qual não tem culpa. A solução para o problema precisa ser urgente", afirmou Jadson Sarto, presidente do Sindiagua.

Novas paralisações também podem acontecer em Itapajé

O roteiro da viagem do Sindiagua ao interior inclui também o município de Itapajé. Lá os trabalhadores do SAAE estão sem receber reajuste. Em reunião realizada na sede do Sindiagua, o prefeito da cidade assumiu compromisso de enviar para a Câmara Municipal, até o dia 04/05, um projeto de lei concedendo o reajuste. Porém tudo ficou mais uma vez só na promessa e o clima de insatisfação dos trabalhadores é cada vez maior. "O prefeito não cumpe os compromissos assumidos e os trabalhadores

estão cansados de promessas", relata Jadson Sarto, presidente do SIndiagua. Segundo ele, novas paralisações podem acontecer.

Em março deste ano, um ato de protesto contra a prefeitura da cidade foi organizado pela categoria. Os trabalhadores paralisaram as atividades em frente à sede da autarquia. O protesto contou com a participação de 100% da categoria e foi acompanhado pelo Presidente do Sindiagua, Jadson Sarto, e pelo secretário de comunicação da entidade, Carlos Sá.





